

INTELIGÊNCIA POLÍTICA APLICADA À GESTÃO DA REPRESENTAÇÃO DE INTERESSE: A PRODUÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA SOBRE A PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA (2017-2020)

POLITICAL INTELLIGENCE APPLIED TO THE INTEREST REPRESENTATION MANAGEMENT: THE LEGISLATIVE PRODUCTION OF CURITIBA'S CITY COUNCIL ABOUT HOMELESS PEOPLE IN (2017-2020)

INTELIGENCIA POLÍTICA APLICADA A LA GESTIÓN DE REPRESENTACIÓN DE INTERESES: LA PRODUCCIÓN LEGISLATIVA DEL CONCEJO MUNICIPAL DE CURITIBA SOBRE LA PERSONA SIN-TECHO (2017-2020)

Audren Azolin¹
Luiz Fernando Moraes²
Letícia Batista Mathias³
Beatriz Gracia de Souza Longo⁴

Resumo

Este artigo analisa a inteligência política como ferramenta metodológica aplicada à gestão da representação de interesse de grupos vulneráveis, para monitoramento das agendas política e social. A combinação dessas agendas permite avaliar o ambiente político-institucional, além de possibilitar a identificação e avaliação das proposições legislativas de risco potencial e/ou favoráveis a esses grupos; assim, os interesses poderão ser representados de maneira mais eficiente nos espaços de decisão política, antes de se tornarem lei. O objetivo da investigação é, então, antecipar riscos e oportunidades políticas; para tal, examinamos a produção legislativa da Câmara Municipal de Curitiba sobre a pessoa em situação de rua, realizada entre 2017 e 2020. Já os objetivos específicos do estudo são: 1) apresentar a referida ferramenta voltada à pessoa em situação de rua, a partir da produção legislativa; e 2) revelar, a partir de dados quantitativos, a importância da Ciência Política para a temática. Os resultados indicaram que a ferramenta é eficiente para a gestão da representação de interesses, mas depende da interdisciplinaridade entre a Ciência Política e as demais áreas do conhecimento.

Palavras-chave: monitoramento legislativo e político; agenda decisória; pessoa em situação de rua.

Abstract

This article analyzes political intelligence as a methodological tool applied to managing the interest representation of vulnerable groups, to monitor the political and social agendas. The combination of these agendas allows to assess the political-institutional environment, and enables the identification and evaluation of legislative proposals with potential risk and/or favorable for these groups; thus, interests will be able to be represented more efficiently in political decision-making spaces, before they become law. The purpose of this article is, therefore, to anticipate political risks and opportunities; to this end, we examine Curitiba City Council's legislative production on the homeless, between 2017 and 2020. The specific objectives are: 1) based on the legislative production, to present the methodological tool aimed at homeless people; and 2) to reveal, from quantitative data, the importance of Political Science for the presented theme. The results indicated that the application of the tool is efficient for managing the representation of interests; however, it depends on the interdisciplinarity between Political Science and other areas of knowledge.

¹ Mestra em Ciência Política (UFPR), Professora nos Cursos de Bacharelado em Ciência Política e Relações Internacionais do Centro Universitário Internacional UNINTER, audren.a@uninter.com.

² Mestre em Sociologia (UFPR), graduado em Ciência Política pelo Centro Universitário Internacional UNINTER e Pesquisador.

³ Graduanda no Bacharelado em Ciência Política do Centro Universitário Internacional UNINTER.

⁴ Graduanda no Bacharelado em Ciência Política do Centro Universitário Internacional UNINTER.

Keywords: legislative and political monitoring; decision-making agenda; homeless people.

Resumen

Este artículo analiza la inteligencia política como herramienta metodológica aplicada a la gestión de representación de intereses de grupos vulnerables para monitoreo de la agenda política y social. La combinación de esas agendas permite evaluar el ambiente político-institucional, además de permitir la identificación y evaluación de las propuestas legislativas de riesgo potencial y/o favorables a esos grupos; de esa manera, los intereses podrán ser representados de manera más eficiente en los espacios de decisión política, antes de constituirse en ley. El objetivo de la investigación, entonces, es anticipar riesgos y oportunidades políticas; para ello, examinamos la producción legislativa del Concejo Municipal de Curitiba sobre la persona sin-techo, realizada entre 2017 y 2020. Los objetivos específicos del estudio son: 1) presentar la referida herramienta dirigida a la persona sin-techo, a partir de la producción legislativa; 2) revelar, con datos cuantitativos, la importancia de la Ciencia Política en la temática. Los resultados indicaron que la herramienta es eficiente para la gestión de representación de intereses, pero depende de la interdisciplinaridad entre la Ciencia Política y demás áreas del conocimiento.

Palabras-clave: monitoreo legislativo y político; agenda de decisiones; persona sin-techo.

1 Introdução

Dotar as organizações de competências e habilidades de inteligência política é um imperativo para gestão da representação de interesses nos centros de decisão política. Para este fim, o domínio das técnicas de monitoramento legislativo e de monitoramento político é relevante, tanto para as empresas quanto para as organizações sem fins lucrativos. A inteligência política depende da combinação de três monitoramentos: 1) monitoramento legislativo; 2) monitoramento político; e 3) monitoramento da agenda social. Enquanto ferramenta metodológica, a inteligência política é aplicável no mercado da política de *relações institucionais e governamentais* (representação de interesse junto aos tomadores de decisão política) e no mercado da política de *políticas públicas e gestão governamental* (profissionais que atuam na gestão pública).

A combinação desses monitoramentos é o ponto de partida de todo processo de representação de interesse que culmina no *lobby*, etapa final que consiste na ação direta junto aos tomadores de decisão política.

A ferramenta metodológica aqui apresentada, bem como os dados a respeito da produção legislativa sobre a pessoa em situação de rua, revelam o ambiente político-institucional da Câmara Municipal de Curitiba para o segmento. Assim, é possível avaliar se o contexto político-institucional analisado é desfavorável, pois oferece riscos, ou favorável — quando existem oportunidades para o segmento.

O objeto de pesquisa é a inteligência política enquanto ferramenta metodológica de avaliação do ambiente político-institucional. Analisa-se a produção legislativa da Câmara Municipal de Curitiba referente à pessoa em situação de rua, não como objeto de pesquisa, mas como exemplo empírico para sustentar a importância da ferramenta metodológica apresentada.

O objetivo geral é apresentar a relevância dessa ferramenta metodológica para avaliação do ambiente político-institucional. Os objetivos específicos são: 1) apresentar a referida ferramenta, a partir da produção legislativa, referente à pessoa em situação de rua; 2) revelar, a partir de dados quantitativos, a importância do cientista político para a avaliação da agenda política de grupos socialmente vulneráveis.

No entanto, é importante a apresentação dos referenciais teóricos que sustentam a ferramenta, sob pena de se mostrar apenas como um conjunto de técnicas de avaliação do ambiente político-institucional.

2 Referencial teórico para construção da inteligência política como ferramenta metodológica para gestão da representação de interesse

Para orientar este trabalho, apresentar-se-ão algumas definições. O primeiro conceito é o de *mercado da política*, que “deve ter um campo de atuação bem definido, com atividades profissionais razoavelmente definidas e remuneradas, com espaços de atuação no setor público e privado e dentro de contextos democráticos.” (AZOLIN *et. al.*, 2017, p. 10).

Nesse sentido, é possível destacar duas áreas do mercado da política: 1) Relações Institucionais e Governamentais e 2) Políticas Públicas e Gestão Governamental. O mercado de Relações Governamentais e Institucionais foi o primeiro a surgir, “com a formação dos constituintes originários em 1986 e com o advento da Constituição de 1988, quando os parlamentos passaram a ser atores políticos relevantes [...]” (AZOLIN *et. al.*, 2017, p. 10); ou seja, enquanto atores políticos relevantes, os parlamentos se tornaram o foco da ação política de grupos sociais.

É neste mercado que atuam empresas de consultoria política, associações representativas dos diversos segmentos sociais (empresariado, trabalhadores, ambientalistas, questões étnico-raciais, mulheres, pessoas com deficiência), para representar os interesses junto nos centros de decisão política. O outro âmbito desse mercado refere-se às políticas públicas e à gestão governamental, que surgiu nos anos 90, era do presidente Fernando Henrique Cardoso, e que:

[...] teve como grande mentor Bresser-Pereira, Ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado. O foco da reforma foi a implantação de uma administração pública de orientação gerencialista, em detrimento da burocracia weberiana (AZOLIN *et. al.*, 2017, p. 11).

Este mercado da política⁵ trata mais especificamente da gestão pública, embora também estejam inseridos nesse quadro as organizações não governamentais e as empresas de consultoria política; a criação desse mercado foi, então, um marco importante para qualificar e valorizar as carreiras na administração estatal.⁶ As habilidades e competências de inteligência política são importantes para esses dois mercados da política. Outro conceito importante para a presente análise é o de *agenda de políticas públicas*, que se inicia na produção legislativa. De acordo com Maria das Graças Rua:

Muito se ouve falar de “agenda” de políticas públicas, mas nem sempre temos claro o que significa isso. Uma agenda de políticas consiste em uma lista de prioridades inicialmente estabelecidas, às quais os governos devem dedicar suas energias e atenções, e entre as quais os atores lutam arduamente para incluir as questões de seu interesse. A agenda de políticas resulta de um processo pouco sistemático, extremamente competitivo, pelo qual se extrai, do conjunto de temas que poderiam ocupar as atenções do governo, aquelas questões que serão efetivamente tratadas (RUA, 2014, p. 62).

A ferramenta metodológica proposta neste estudo lança um olhar estratégico e cientificamente orientado sobre a agenda de políticas públicas. A partir da ação governamental, objetiva-se antecipar riscos e oportunidades para grupos socialmente vulneráveis. Entendida como estratégia, a ferramenta metodológica foi denominada de *inteligência política*:

Diversas entidades públicas, entidades que atuam no mercado e do terceiro setor criaram setores específicos para monitorar e analisar a produção legislativa, cujo objetivo é identificar riscos e oportunidades oriundos da ação política. Estes setores são estratégicos [...] (AZOLIN, 2020a, p. 330).

Esta ferramenta metodológica tem função estrategicamente aplicada nos mercados supracitados, visto que,

[...] a inteligência política está cientificamente centrada no processo de decisão política. Nesta etapa, são identificadas, por exemplo, as proposições legislativas dotadas de potencial de riscos ou oportunidades para os negócios da organização. Ainda, é de competência da inteligência política a identificação dos atores-chave da política (aqueles com poder de decisão), bem como verificar se eles estão alinhados ou não aos interesses da organização. Portanto, é a inteligência política que faz a gestão do risco político, assim, a natureza de sua função a deixa mais sensível ao aumento da complexidade do funcionamento do processo de decisão política. Por

⁵ O mercado da política de políticas públicas e gestão governamental foi a terceira área cronologicamente a surgir. A segunda foi a área de gestão e estratégia de campanha eleitoral. Esta área não foi aqui definida porque não interessa para os propósitos deste artigo.

⁶ O Estado brasileiro passou a valorizar a gestão pública por resultados, trazendo para o ideário estatal expressões como objetivos, metas, eficiência, eficácia, redução dos gastos públicos, contrato de gestão, avaliação dos resultados. Valorizou-se também a qualificação permanente dos servidores públicos, atividades profissionais ligadas à gestão pública por resultados, envolvendo atividades de formulação, execução (gestão de projetos públicos) e avaliação de resultados de políticas públicas, especialistas em orçamento público, desenvolvimento de metodologias de avaliação de políticas públicas, implementação e avaliação de arranjos institucionais dentre outros (AZOLIN *et. al.*, 2017, p. 11).

consequência, nesta função é que ocorre o processo de profissionalização mais agudo (AZOLIN, 2020b, p. 349).

Deste modo, a ferramenta metodológica faz parte da inteligência política e depende dos conhecimentos combinados (interdisciplinares) do profissional formado em Ciência Política e em diversas áreas do conhecimento, com vistas à avaliação de riscos políticos e antecipar cenários futuros (ROEDEL, 2018). Nesse contexto, examina-se a ação governamental, que poderá impactar negativa e/ou positivamente os interesses dos grupos socialmente vulneráveis.

Para compreender melhor a inteligência política, é importante considerar a definição de *atores políticos* no processo decisório. Conforme Rua (2014, p. 39), tais atores são “aqueles cujos interesses poderão ser afetados, positiva ou negativamente, pelo rumo tomado por uma determinada política pública. Os atores políticos podem ser indivíduos, grupos ou organizações”.

Na presente pesquisa, os atores políticos fazem parte dos centros de decisão envolvidos institucionalmente no processo de tomada de decisão política: o chefe do Poder Executivo e os parlamentares. Já os atores políticos privados são indivíduos, grupos, associações e entidades privadas. Nesse sentido, Rua (2014, p. 37) destaca que “Entre os atores privados, destacam-se os empresários. Sem qualquer sombra de dúvida, são atores dotados de grande capacidade de influir nas políticas públicas [...]”.

A inteligência política, como ferramenta metodológica, visa qualificar os grupos socialmente vulneráveis para atuarem como atores políticos privados: eis, então, o seu caráter estratégico. Assim, tais grupos deixam de ser impactados de forma passiva pelas ações governamentais e passam a se inserir no processo de tomada de decisão como atores qualificados.

Para entender a inteligência política do ponto de vista operacional, é importante compreender o Índice de Representação Política de Interesse (IRPI)⁷, que “É uma ferramenta de avaliação de congruência política entre representantes [políticos] e segmentos organizados constituídos pela sociedade civil enquanto grupos de interesse [...]” (AZOLIN; MORAES, 2016, p. 2). O conceito central do IRPI é o de *congruência política*.

A congruência avaliada acontece entre duas agendas: a política e a social. Enquanto Agenda Social Explícita, é possível entender o conjunto de:

[...] problemas e alternativas que figuram nas atas de conferências, fóruns, audiências públicas, congressos, seminários, dentre outros espaços de diversos segmentos da

⁷ Este índice foi desenvolvido pelos autores deste artigo e apresentado na VII Jornada de Pesquisa e Extensão na Câmara dos Deputados no ano de 2016.

sociedade civil cujo objetivo seja de influenciar os tomadores de decisão (AZOLIN; MORAES, 2016, p. 2).

Neste artigo, entende-se que a agenda social explícita e a não explícita devem ser identificadas e avaliadas por profissionais especialistas na área em debate. Por sua vez, a agenda política — que pode ser denominada de agenda de decisões — deve ser avaliada pelo profissional formado em ciência política, uma vez que “a Agenda de Decisões é uma lista de prioridades na qual os atores lutam para inserir seus interesses, pois esta agenda é alvo de decisão política (AZOLIN; MORAES, 2016, p. 2).

Para a utilização operacional do IRPI, é imprescindível compreender a distinção entre *situação, problema e alternativa* (KINGDON, 2007). “A primeira é formada por um conjunto de questões que incomodam a sociedade, a segunda, quando uma situação entra para a agenda de governo.” (AZOLIN; MORAES, 2016, p. 3). Destarte, quando uma situação que incomoda a sociedade entra na agenda governamental, torna-se um problema político. Por sua vez, “Quando uma situação se transforma em problema político, os projetos de lei e suas respectivas emendas, por exemplo, apresentarão alternativas para solucionar os problemas.” (AZOLIN; MORAES, 2016, p. 3).

Considerando a distinção acima, o IRPI torna-se uma ferramenta metodológica estratégica de inteligência política na medida em que se propõe a resolver a seguinte questão: “[...] quantas (frequência) situações [que incomodam os grupos sociais], considerando os interesses de cada segmento social, figuram como problemas políticos na Agenda Decisória?” (AZOLIN; MORAES, 2016, p. 3). Tal questão visa avaliar a congruência entre a agenda social e a agenda política. De acordo com os autores, “Faz-se uma análise comparativa entre Agenda Decisória [...] e a Agenda Social [...] para identificar e classificar problemas e alternativas.” (AZOLIN; MORAES, 2016, p. 3). Assim, destaca-se a necessidade de interdisciplinaridade entre os cientistas políticos e os profissionais de outras áreas, que intervêm de maneira direta nos problemas de caráter social — especialmente sobre os grupos socialmente vulneráveis.

3 Procedimentos metodológicos

Do ponto de vista metodológico, a presente pesquisa é de cunho empírico e quantitativo, e desenvolveu-se a partir do levantamento de dados coletados no Portal da Câmara Municipal de Curitiba. Identificou-se, com o auxílio de profissionais do Serviço Social, algumas expressões usualmente relacionadas à pessoa em situação de rua; posteriormente, tais

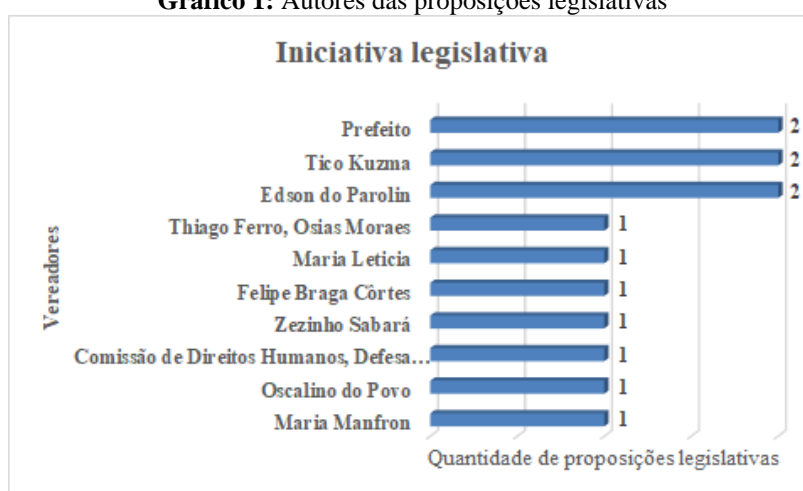
expressões se transformaram nas seguintes palavras-chave: *população de rua*, *morador de rua* e *pessoa em situação de rua*.

Essas expressões foram utilizadas no sistema de busca do *site* da Câmara Municipal de Curitiba com o intuito de identificar as proposições relativas à pessoa em situação de rua. A participação do cientista político consistiu em: 1) mensurar a quantidade de proposições legislativas referentes às pessoas em situação de rua que foram protocoladas durante o recorte definido; 2) identificar os vereadores autores das proposições legislativas; 3) mensurar, por autor, a quantidade de proposições legislativas referentes à pessoa em situação de rua; 4) identificar os partidos aos quais pertencem os autores; 5) mensurar, por partido, a quantidade de proposições legislativas referentes à pessoa em situação de rua; 6) identificar e mensurar, nas proposições analisadas, os problemas que afetam as pessoas em situação de rua (temas); 7) examinar o trâmite das proposições legislativas em questão. As análises supracitadas se articulam com os objetivos desta pesquisa.

4 Inteligência política enquanto ferramenta metodológica: monitoramento legislativo e monitoramento político em dados

Os dados apresentados no gráfico 1 dizem respeito às proposições legislativas relacionadas à pessoa em situação de rua, protocoladas na Câmara Municipal de Curitiba (CMC) nos anos de 2017 a 2020. Identificaram-se, no monitoramento, 13 (treze) proposições legislativas. Os dados abaixo referem-se à iniciativa legislativa, isto é, aos vereadores autores das proposições legislativas sobre as pessoas em situação de rua.

Gráfico 1: Autores das proposições legislativas



Fonte: os autores (2021).

Os dados revelam que 10 (dez) vereadores protocolaram proposições legislativas sobre a pessoa em situação de rua. A Câmara Municipal de Curitiba tem 38 vereadores; assim, 26,32% dos vereadores se interessaram pelo tema da pessoa em situação de rua. Destacaram-se, do ponto de vista quantitativo, os vereadores Tico Kuzma e Edson do Parolin; destacou-se também o Poder Executivo (Rafael Greca). Esta análise é importante para identificação dos principais interlocutores interessados no tema, isto é, quem deve ser procurado no momento da representação de interesse. Essa identificação é fundamental para a gestão da representação de interesse.

A identificação dos interlocutores, a partir da estratégia metodológica quantitativa, não revela os interlocutores aliados e não aliados aos interesses das pessoas em situação de rua; cabe, portanto, trabalhar de forma interdisciplinar com profissionais do Serviço Social ou outras áreas que abordem a temática, para avaliar qualitativamente cada proposição legislativa, para identificar as proposições com potencial risco ou oportunidade⁸ para o segmento. A partir desta informação, os cientistas políticos identificam os autores das proposições legislativas, aliados e não aliados aos interesses da pessoa em situação de rua.

Identificados os aliados e não aliados, é possível avaliar se o ambiente político-institucional da Câmara Municipal de Curitiba é favorável ou desfavorável. Os interlocutores aliados devem ser procurados quando identificadas proposições legislativas que impactem significativamente as pessoas em situação de rua.

Identificados os aliados e não aliados, falta identificar os problemas relativos à pessoa em situação de rua, bem como as alternativas (soluções) que constam nas proposições legislativas. No gráfico 2, constam os problemas identificados nas proposições legislativas, porém, na perspectiva dos tomadores de decisão. A partir desses dados, é possível levantar uma questão crucial: os principais problemas na perspectiva dos tomadores de decisão política, convergem com os principais problemas na perspectiva dos grupos impactados?

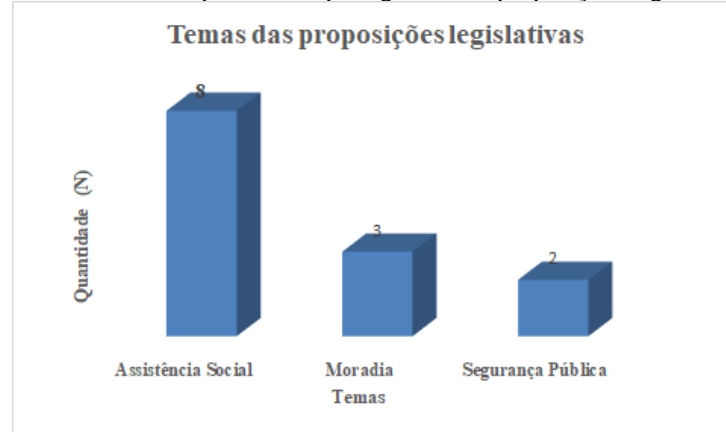
Há outra pergunta importante: as soluções encaminhadas pelos tomadores de decisão política para resolver os principais problemas, convergem com as mesmas soluções na perspectiva dos grupos impactados? Para responder tais perguntas, é necessário identificarmos e avaliarmos a agenda social. Esta atividade fica a cargo dos profissionais que atuam junto à população em situação de rua.

De acordo com o gráfico 2, três temas/problemas aparecem na agenda política: *Assistência Social, Moradia e Segurança Pública*. O principal problema identificado pelos

⁸ Não entraremos aqui nas metodologias, métodos e técnicas empregadas pelos profissionais de serviço social para avaliar as proposições legislativas, conhecimento específico deste profissional.

tomadores de decisão política é de Assistência Social, na ordem de 61,54%; seguido do problema Moradia, com 23,08%; e Segurança Pública, na ordem de 15,38%. Mesmo com a soma dos demais problemas, eles não alcançam a Assistência Social como principal problema para a pessoa em situação de rua, na perspectiva dos tomadores de decisão política.

Gráfico 2: Temas/problemas que figuram nas proposições legislativas



Fonte: os autores (2021).

A questão que se levanta aqui é: os problemas para as pessoas em situação de rua na perspectiva dos tomadores de decisão política (agenda política) são os mesmos para os que vivem em situação de rua (agenda social)? E se forem os mesmos, a ordem de importância converge com os da agenda política? A gestão da representação de interesse somente será eficaz quando identificados problemas e alternativas na perspectiva das pessoas em situação de rua.

A gestão da representação de interesse, a partir do uso da inteligência política enquanto ferramenta metodológica, exige a identificação dos partidos interessados no tema pessoa em situação de rua. Estes são verificados a partir da quantidade de proposições legislativas de seus integrantes (vereadores-autores). Identificar os partidos interessados é relevante, visto que os partidos são atores importantes na arena legislativa para tomada de decisão política. As lideranças partidárias são alvo de ações de relações governamentais (representação de interesse). O gráfico 3 apresenta esses dados.

Gráfico 3: Proposições legislativas referentes à pessoa em situação de rua por partido⁹



Fonte: os autores (2021).

O gráfico revela que 8 (oito) partidos apresentaram proposições legislativas sobre a pessoa em situação de rua, com destaque para o DEM e o PSDB. Esse é um dado importante, pois aumenta os interlocutores. No entanto, os dados quantitativos, sem a análise qualitativa, não fornecem informações suficientes para identificar os partidos aliados e não aliados, tarefa para lideranças e profissionais especialistas na temática em análise, uma vez que, a combinação entre os dados quantitativos e os qualitativos (avaliativos) revelariam os partidos aliados e não aliados, para uma futura ação de representação de interesse quando se trata de pessoa em situação de rua.

Os dados referentes à *situação* das proposições legislativas no processo legislativo/processo de decisão política revelam que 69,23% das proposições legislativas terminaram o trâmite legislativo, das quais 38,46% se transformaram em norma jurídica e 30,77% foram rejeitadas. Por sua vez, 15,38% não terminaram o trâmite; contudo, foram arquivadas por fim de legislatura. 15,38% das proposições legislativas foram retiradas pelo autor durante o trâmite legislativo.

Uma questão importante aqui é saber se os dados acima revelam se o ambiente político-institucional foi favorável ou desfavorável à pessoa em situação de rua; focando apenas nos dados quantitativos, pode-se afirmar que a taxa de sucesso é da ordem de 38,46%. No entanto, questiona-se: essas proposições promulgadas e sancionadas impactarão positiva (oportunidades) ou negativamente (riscos) as pessoas em situação de rua? Analisando somente os dados quantitativos é impossível responder. O que se pode concluir, a partir dos dados acima,

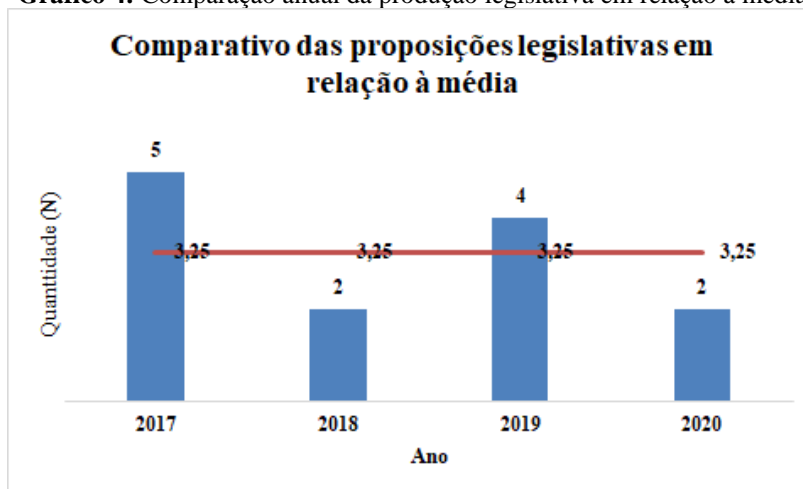
⁹ No período analisado foram identificadas 13 proposições legislativas. Neste gráfico a quantidade foi 11 partidos. Essa redução é verificada porque desconsideramos proposições legislativas de iniciativa de comissões e, também, de quando a proposição legislativa é de autoria de vereadores de partidos diferentes.

é que quantidade significativa de proposições relativas à pessoa em situação de rua, no período analisado, foram alvos de decisão política na Câmara Municipal de Curitiba.

A definição se o ambiente político-institucional foi favorável ou desfavorável à pessoa em situação de rua, depende, também, de uma análise qualitativa; assim, ao analisar os dados acima, referentes à situação, inúmeras questões carecem de respostas. A primeira é saber quantas proposições legislativas transformadas em norma jurídica oferecem riscos e quantas oferecem oportunidades para as pessoas em situação de rua? Das proposições legislativas que foram arquivadas pelas comissões, quantas ofereciam riscos e quantas ofereciam oportunidades às pessoas em situação de rua? Destarte, é importante mensurar a congruência entre as duas agendas, a partir do IRPI, para uma avaliação conclusiva sobre o ambiente político-institucional.

O gráfico 4 apresenta dados que comparam a produção legislativa anual sobre a pessoa em situação de rua e a média dessa produção legislativa no período analisado (2017-2020). Neste período, a média foi de 3,25 proposições legislativas.

Gráfico 4: Comparação anual da produção legislativa em relação à média



Fonte: os autores (2021).

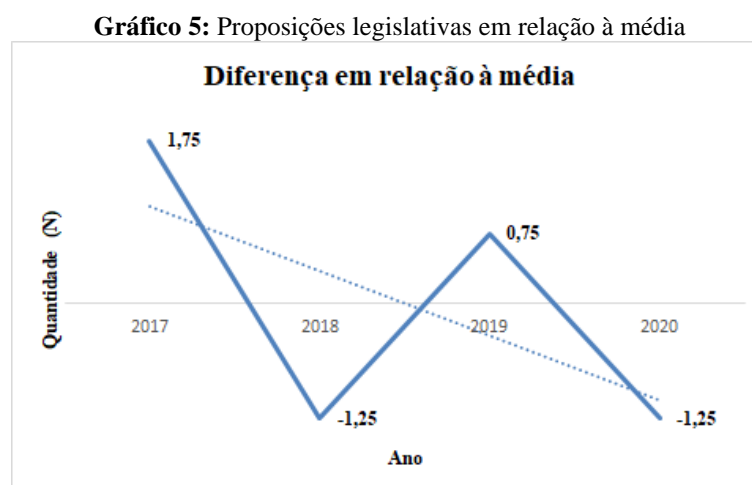
Quando há um período de oscilação, é necessário comparar a produção legislativa de cada ano com a média, pois, mesmo diante de um ambiente político-institucional que apresente tendência de queda, a questão que se levanta é: houve redução da produção legislativa, no período avaliado, abaixo da média?

O gráfico acima revela que, entre 2017 e 2019, a produção legislativa relativa ao tema ficou acima da média; contudo, a produção legislativa nos anos de 2018 e 2020 ficou abaixo da média. Revela-se aqui um ambiente político-institucional preocupante quanto ao interesse dos tomadores de decisão política pelas pessoas em situação de rua, já que a produção legislativa

no ano de 2020 (último ano do período analisado) ficou abaixo da média. A análise dos dados que constam nos gráficos 3 e 4, revela um ambiente político-institucional muito preocupante quanto ao interesse dos tomadores de decisão política pelos problemas das pessoas em situação de rua.

A combinação das duas estratégias metodológicas (quantitativa e qualitativa), permitiria isolar as proposições legislativas de impacto positivo das de impacto negativo, oferecendo condições de avaliar, por exemplo, se as proposições legislativas de impacto negativo estão acima ou abaixo da média. Os dados apresentados nos gráficos 3 e 4, permitem ao analista avaliar somente o interesse dos tomadores de decisão política quanto ao tema da pessoa em situação de rua, sem considerar o impacto das proposições.

O gráfico 5 traz dados que apresentam a diferença da produção legislativa anual do tema, considerando a diferença em relação à média (3,25 proposições legislativas).



Fonte: os autores (2021).

Em 2017, a produção legislativa esteve 1,75 acima da média. Em 2018, a produção esteve 1,25 abaixo da média. Já em 2019, ocorreu uma recuperação insignificante, quando a produção legislativa esteve 0,75 proposição legislativa acima da média; em 2020, ocorreu outra redução, chegando ao patamar de 2018, com 1,25 proposição legislativas abaixo da média. A tendência (informação dada pela linha pontilhada no gráfico), quanto à média, revela desinteresse acentuado pelos problemas das pessoas em situação de rua. Assim, como os dados apresentados nos gráficos 3 e 4, a combinação das duas estratégias metodológicas aprofundaria a análise.

O levantamento dos dados quantitativos, acima apresentados, é de competência do cientista político. Entretanto, tais dados, para uma aplicação eficiente da inteligência política, dependem das habilidades e competências de outros profissionais que atuem mais diretamente

próximos à população em situação de rua, o que revela, por exemplo, a importância da interdisciplinaridade entre Ciência Política e Serviço Social.

5 Considerações finais

O objeto de pesquisa não é a produção legislativa na Câmara Municipal de Curitiba sobre a pessoa em situação de rua, mas a inteligência política enquanto ferramenta metodológica para avaliação do ambiente político-institucional. Para este fim, quando se trata de avaliar esse ambiente para grupos socialmente vulneráveis, é importante a combinação (interdisciplinaridade) entre os conhecimentos da Ciência Política e outras áreas do conhecimento, que atuem mais diretamente junto à temática em análise, como é caso dos profissionais de serviço social. Assim, é possível a identificação, avaliação e análise da congruência entre a agenda política e a agenda social.

Apresentaram-se, também, os referenciais teóricos que sustentam a ferramenta metodológica em tela. Sem esses referenciais, a ferramenta se mostraria apenas como um conjunto de técnicas de avaliação do ambiente político-institucional.

Quanto à aplicação da ferramenta metodológica à produção legislativa da Câmara Municipal de Curitiba, sobre a pessoa em situação de rua, mostrou-se ser eficiente, visto que para se constituir enquanto inteligência política necessita de uma análise qualitativa — que abarque a agenda política e a agenda social. Combinadas às duas estratégias, a ferramenta metodológica de inteligência política se transforma em um instrumento essencial para gestão da representação de interesse, destacando a importância da interdisciplinaridade entre a ciência política e demais áreas do conhecimento.

A apresentação da ferramenta metodológica de inteligência política não se limita ao mundo acadêmico, mas revela o seu uso aplicado (prático), podendo ser aplicada por entidades que atuam na representação de interesse nas áreas de saúde pública, segurança pública, educação pública, meio ambiente, entre outras políticas públicas. Pode ser útil, também, na gestão pública, que se insere, assim, no mercado de políticas públicas e gestão governamental.

Referências

AZOLIN, Audren; MORAES, Luiz Fernando Nunes; JÚNIOR, José Maurício Firmino dos Santos; FRANCO, Geissa Cristina. A Institucionalização da Ciência Política Brasileira no Século XXI: o Processo de Institucionalização pela Via do Mercado da Política. *In*: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA, 9., 2017, Montevideu. **Anais**[...]. Montevideu: Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP), 2017.

AZOLIN, Audren Marlei. O ambiente político-institucional para os interesses das crianças e adolescentes: avaliando estrategicamente a produção legislativa na Câmara dos deputados no período 1990 –2019. **Revista Humanidades em Perspectiva**, Curitiba, v. 2 n. 4, 2020b. Edição Especial 30 anos do ECA. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/revista-humanidades/index.php/revista-humanidades/issue/view/4>. Acesso em: 10 fev. 2021.

AZOLIN, Audren Marlei. **Do lobby às relações governamentais**: a profissionalização da representação de interesse no Brasil. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2020b.

AZOLIN, Audren Marlei; MORAES, Luiz Fernando Nunes. O Índice de Representação Política de Interesse: uma ferramenta democrática. *In*: JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO, 7., 2016, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: <https://soac.camara.gov.br/index.php/Jornada/VIIJPE/paper/viewFile/153/28>. Acesso em: 13 fev. 2021.

CURITIBA. Câmara Municipal de Curitiba. **Sistema de Proposições Legislativas**. Disponível em: <https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/system/LogonForm.do>. Acesso em: 10 dez. 2020.

KINGDON, John W. Como chega a hora de uma ideia? *In*: SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (org.). **Políticas Públicas**: Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. p. 219-224. v. 1.

ROEDEL, C. C. Risco Político. **Revista Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais**, Brasília, ano 1, n. 2, p. 36-39, 2017. Disponível em: <https://abrig.org.br/2a-edicao-revista-brasileira-de-relacoes-institucionais-e-governamentais>. Acesso em: 15 set. 2018.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. 3. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração – UFSC; Brasília: CAPES, 2014.